



Inspirações Arquivísticas CONSELHO FEDERAL E CONSELHOS REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA

Rosale de Mattos Souza¹


Há uma inquietação na classe Arquivística em torno da questão da criação e implementação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia. Já tivemos cerca de sete iniciativas de criação do nosso conselho, uma inclusive do ano de 1995, proposta à época que foi entregue pela então presidente da AAB, Profa. Lia Temporal Malcher ao Vice-Presidente da República, Sr. Marco Maciel, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, “A última proposta foi a de 2012, como Projeto de Lei n. 5.613, de 2001, de autoria de Agnelo Queiroz, arquivado pelo voto do relator Pedro Henry”².

Apostamos para o sucesso da criação desses conselhos, em uma atualização e revisão da Lei 6.546, de 1978, regulamentada pelo Decreto 82.590, de 1978, que regulou as habilitações profissionais do Arquivista e do Técnico em Arquivo. Necessitamos demonstrar bases concretas para a criação dos conselhos, conforme a seguir: um estudo prévio sobre o número de profissionais com formação em nível superior, de acordo com a distribuição geográfica, para que o Ministério do Trabalho e a Câmara dos Deputados possam analisar o custo-benefício da Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia. Além disso, a retirada lei do técnico em arquivo, pois não existem mais cursos, e as instituições terminam promovendo editais para concursos públicos, contratando arquivistas como técnicos em arquivos, por menores salários, criando insatisfação e injustiças.

Ressaltamos a importância do curso de Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos – Ppgarq, da UNIRIO, o primeiro no país e na América Latina, podendo servir de referência para outras uni-

versidades brasileiras. Hoje em dia, além de termos publicações tradicionais de comunicação científica, tais como Arquivo & Administração, da AAB; Acervo, do Arquivo Nacional; Informação Arquivística, da AAERJ; vemos também a necessidade de criarmos outras publicações na área, e de uma Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, segundo as Reuniões de Ensino e Pesquisa - REPARQs de 2010 e 2013. Mesmo tendo atualmente cerca de dezesseis cursos de Arquivologia no País, em cerca de oito estados brasileiros, precisamos de mais cursos de graduação em Arquivologia, tanto em entidades públicas, quanto em entidades privadas, que inclusive possam funcionar em universidades particulares, formando e aumentando o efetivo de arquivistas no país.

Uma outra inquietação para os arquivistas é o Projeto de Lei 4.699, de 2012, que regulamenta a profissão do historiador, no qual prevê que o mesmo possa dirigir instituições relacionadas com no qual prevê que o historiador possa ter como atribuições, segundo o Artigo 4º, item IV e V – “Assessoramento, organização, implantação, e direção de serviços de documentação e informação histórica; Assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; ou seja, de documentação arquivística. Achamos interessante atualmente a presença de alunos egressos dos cursos de História, que retornam aos bancos escolares para fazer o curso de Arquivologia, tendo em vista inclusive a sua efetiva regulamentação profissional como arquivistas formados. Observe-se também que na terminologia arquivística dos dicionários de terminologia arquivística, que deve somente



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
UNIRIO

ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Expediente

Antonio Rodrigues de Andrade
Bruno Ferreira Leite
Rogério Marques de Paiva
Colunistas

Daniel Ribeiro dos Santos
Rosale de Mattos Souza
Simone Bastos Rodrigues
Revisão

Leonardo Souza Lopes de Barros
Comunicação, Programação Visual
e DTP

Roberta Delecróde de Souza
Divulgação

Rosale de Mattos Souza
Coordenadora Geral do Projeto
Comunicação e Marketing
da Arquivologia

Periodicidade da publicação
BIMESTRAL

constar no conceito de arquivista, aquele que tem habilitação em nível superior de Arquivologia, pois uma ciência depende também da consolidação de seus termos utilizados, com respectivos conceitos. Precisamos aprender com os resultados malogrados de criação do Conselho de Arquivologia, e aumentarmos as expectativas de sucesso da criação dos nossos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia no país, a fim de termos órgãos reguladores de pisos salariais, de planos de carreira para todas as instituições e serviços de arquivo, concursos públicos e do exercício legal da profissão do arquivista. Queremos ressaltar que não temos nenhuma vinculação político-partidária, mas sim um compromisso com a luta pela Arquivologia como campo de conhecimento e de atuação dos arquivistas.

¹ Jornalista, Arquivista da UFF, Profa. Assistente do Curso de Arquivologia da UNIRIO, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ – PPGCI-UFRJ ECO IBICT.

² BELTRAN, Daniel. Conselho Profissional de Arquivologia: Quem sabe faz a hora! In: <http://arquivista.net> em 12.09.2012. Acesso em: 22.08.2014.



Inspiração Arquivística

IMA 35ª edição - Julho / Agosto 2014

EDITORIAL | MATÉRIAS | INSPIRAÇÕES ARQUIVÍSTICAS | AGENDA | EXPEDIENTE

Editorial

pág. 1 págs. 2 e 3

pág. 4

Atualmente, temos grandes inquietações a respeito da nossa área, tais como, questões voltadas para a hierarquia de áreas do conhecimento, nas Tabelas de Classificação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES, nas quais ainda vemos a Arquivologia como subárea da Ciência da Informação. No momento, a área está em busca da sua consolidação epistemológica, na melhor delimitação dos seus objetos de estudo (documento, conjunto documental, arquivos como instituições, informação arquivística; seus objetivos, tais como, o acesso à informação pelos usuários e cidadãos, sua metodologia teórico-operacional, princípios e características adequadas à era da informação. Neste novo ambiente da Arquivística 2.0, observam-se os arquivos que se voltam para o princípio da proveniência numa realidade de múltiplas fontes; para a Gestão Eletrônica de Documentos; metadados; migração de dados com relação à preservação da informação; unicidade X diversas versões do documento digital; autenticidade do documento, em busca de fundamentos teóricos na Diplomática Contemporânea; entre outros assuntos inquietantes que surgiram a partir do meio eletrônico. Além disso, a área necessita repensar o seu papel, seu estatuto no mercado de trabalho, a fim de obter cada vez mais o reconhecimento pela sociedade, seja como ciência ou como campo de mercado de trabalho para os arquivistas.

Assim, diante dessas e outras questões suscitadas pelos arquivistas, observamos as preocupações dos autores que contribuíram para esta edição do IMA, como a Camila Mattos da Costa, arquivista formada pela UNIRIO, que cursa a Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde. Bolsista de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). A autora apresenta um texto intitulado “Pisando em Cacos”, fazendo um trocadilho com piso de cacos, relacionando-o

num jogo de palavras com as questões ligadas ao piso salarial do arquivista, as vagas que são oferecidas no mercado de trabalho, que exigem o nível médio, e ao desrespeito à Lei 6.546, de 1978, que regulamentou a profissão do arquivista e do técnico em arquivo. Observa-se então um texto instigante, que nos leva a pensar novamente nos aspectos do associativismo e da criação do Conselho Federal de Arquivos.

Nesta edição contamos também com o texto de Allan Ferreira, do 7º período de Arquivologia, da UNIRIO, que nos remete à uma reflexão no ambiente acadêmico, “Os bastidores da Comunidade Científica: Comentário Acerca do Filme ‘Nota de Rodapé’”, que tem este título curioso, refletindo sobre uma explicação dentro do contexto da linguagem (discurso) científica. Considerando ainda que um filme é um documento, um registro com diversas linguagens através das imagens, do som ou fundo musical, do contexto de produção, edição, divulgação em que foi criado, o autor analisa um filme israelense do Diretor Joseph Cedar, no qual problematiza a relação de um filho e seu pai, ambos acadêmicos. Segundo o autor “Cedar apresenta um verdadeiro retrato da comunidade científica, suas regras implícitas e explícitas, seus jogos internos de poder e política, seus aspectos competitivos e colaborativos, suas vaidades e frustrações”.

São cerca de sete tentativas de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, e mesmo tendo atualmente cerca de dezesseis cursos de Arquivologia no país, em cerca de oito estados brasileiros, ainda não temos o levantamento do efetivo de arquivistas que justifique a criação desses Conselhos. Precisamos reverter este quadro. Leia mais sobre o assunto na seção “Inspirações Arquivísticas”. Não deixem de ler estes textos tão instigantes e reflexivos! Além disso, procurem se atualizar nos eventos da área através da nossa Agenda! Boa leitura!

IMA - Inspiração Miscelânea Arquivística™

O Jornal é um periódico bimestral do curso de Arquivologia da UNIRIO. É um canal que estimula a comunicação, o debate, a pesquisa e tornou-se um projeto de extensão graças ao bom trabalho realizado por todos os integrantes da equipe. Os artigos e matérias de seus autores e colaboradores não expressam a opinião ou posicionamento do jornal, nem refletem necessariamente a posição geral do curso de Arquivologia da Unirio. O jornal é distribuído gratuitamente entre alunos e professores, circula pela comunidade acadêmica trazendo comunicação de ótima qualidade para a área arquivística. O IMA tem o apoio do PROEXC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura).

Envie seu texto para nós!

inspiracao@gmail.com



Agenda Outubro

O VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), ocorrerá de 20 a 23 de outubro de 2014, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tendo como tema “Arquivologia: sustentabilidade e inovação”. Informações em: <http://www.aarg.com.br/cna/>

O ENANCIB 2014 (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) será realizado de 27 a 30 de outubro, na Universidade Federal de Minas Gerais, em

Belo Horizonte. O tema será “Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação”. Informações em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/>

O Encontro Arquivos Pessoais e Cultura se realizará na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, de 11 a 13 de novembro de 2014. Inscrições até 31 de outubro em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivospessoais/index.htm>

OS BASTIDORES DA COMUNIDADE CIENTÍFICA: COMENTÁRIO ACERCA DO FILME “NOTA DE RODAPÉ”

Allan Ferreira¹

A “Nota de Rodapé” (2011) é um filme israelense do diretor Joseph Cedar que retrata as ausências, retrações emotivas e conflito de gerações intrínsecas às relações pai e filho. Esses aspectos tornam-no um filme de apelo universal, mas o que distingue esse pai e esse filho é a especificidade de sua atividade profissional: ambos são estudiosos do Talmude, o livro tradicional do judaísmo rabínico. Ao investigar essa ruidosa estrutura familiar, Cedar apresenta um verdadeiro retrato da comunidade científica, suas regras implícitas e explícitas, seus jogos internos de poder e política, seus aspectos competitivos e colaborativos, suas vaidades e frustrações.

Em “Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos”, Maria Targino (2000) afirma que enquanto a ciência determina mutações sociais, a sociedade a reorienta na direção de novos caminhos, de modo a assumir prioridades que as leve a responder novas questões. Ora, se as necessidades coletivas e individuais interferem nos rumos da pesquisa científica, essa vinculação explica como vida pessoal e profissional se misturam, inclusive no interior da comunidade científica. Ao contrário do que se convencionou pensar, a imagem do cientista solitário, restrito às pesquisas em laboratório e alheio à vida social é ultrapassada, visto que a ciência contemporânea se baseia em parcerias, troca de informações e admite a influência direta de fatores externos. Logo, o convívio familiar, o relacionamento interpessoal entre colegas e os acontecimentos cotidianos intervêm direta ou indiretamente no rumo dos trabalhos desenvolvidos por cientistas, como está ilustrado já no início do filme, que mostra o Professor Eliezer assistindo, ressentido, a um discurso de agradecimento de seu filho, o famoso Professor Uriel, que tem seu trabalho amplamente reconhecido dentro e fora da comunidade,

enquanto ele, depois de décadas de carreira, nunca foi nomeado para premiações e alto cargos.

Rivalidade é uma realidade dentro da comunidade científica. A comunicação científica assegura que uma pesquisa seja compartilhada constantemente, desde a concepção de um tema, o que desperta o interesse natural dos companheiros de uma mesma área. Utilizando-se dos conceitos de Garvey e Griffith, Targino aponta ainda que ela é o resultado da soma dos esforços individuais dos membros da comunidade, uma vez que pressupõe o uso de informações alcançadas por pesquisadores anteriores e a emissão de novas informações aos sucessores, o que favorece a produção científica e seus produtores, conferindo a eles a visibilidade e a esperada credibilidade de que dependem, inclusive financeiramente, já que carecem de financiamentos para dar seguimento a seus estudos. No entanto, ainda que se saiba que a função primordial da ciência é desvendar os fenômenos naturais de modo a torná-lo compreensível ao homem, esse objetivo altruísta é muitas vezes posto em segundo plano, sobrepondo a competição à contribuição realizada.

Em “Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais”, Wilson Bueno (2010) atenta para a comunicação intrapares e extrapares, apresentando a primeira como aquela em que a circulação de informações se dá entre especialistas de um mesmo campo ou de campos inter-relacionados, e sendo a segunda aquela em que o público alvo é composto por especialistas de áreas de formação e/ou atuação distinta da área que é objeto da disseminação. Embora Targino também assinale essa distinção através de Garvey e Ziman, que observam maior índice de julgamentos profissionais unânimes no interior dos grupos e, entre grupos

distintos, registro de desacertos, os conflitos e disputas internas que esses mesmos autores alegam como exceções é o cerne da análise de Cedar em seu filme, onde o personagem do professor Eliezer tem sua pesquisa de 30 anos imediatamente superada antes mesmo de sua conclusão, por conta de descobertas alcançadas e divulgadas por Grossman, um pesquisador colega que é, na verdade, um rival que o sabota constantemente ao longo de sua trajetória acadêmica.

Com o personagem de Eliezer, Cedar reproduz o estereótipo do cientista: ranzinza, silente e metódico. Sua personalidade invertida leva-o a incidir em diversas falhas, mas seus interlocutores também têm papel decisivo em seus fracassos. Targino apresenta as normas comportamentais de Merton, que estabelecem padrões peculiares à comunidade científica, dentre os quais o primeiro é denominado “universalidade”. De acordo com esse princípio, qualquer fonte de contribuição deve ser avaliada através de critérios rigorosos e impessoais, uma vez que o valor das descobertas científicas independe de seus autores. No entanto, no espaço acadêmico, as relações políticas são muitas vezes mais valorizadas que a relevância científica. Na mais rica passagem do filme, a cena da reunião do comitê organizador do fictício Prêmio Israel, Uriel denuncia diversas estratégias assumidas por Grossman para bloquear o reconhecimento profissional de Eliezer e outros professores. Trava-se, a partir daí, um prolixo debate ético em que interesses e preferências são contrapostos à justiça, honra e a uma suposta verdade, relativizada e minimizada em uma emblemática frase: “há coisas mais importantes do que a verdade”.



LeofotoARTE | www.ecommz.com
leofotoarte@gmail.com | 21.99831126

>

PISANDO EM CACOS¹

Camila Mattos da Costa²

Os resultados de uma pesquisa não pertencem ao cientista, mas sim à humanidade. Está cada vez mais proliferada a produção de artigos que apresentem pesquisas científicas em diversas etapas, e há ainda a presença de veículos especializados na mídia em geral que dão conta desse propósito. Contudo, o caso do professor Eliezer exemplifica a urgência da publicação, pois, embora os integrantes da comunidade científica unidos pelo campo em que atuam costumem estar a par dos trabalhos em andamento de seus colegas, o ineditismo temático e/ou analítico seduz cientistas e universitários. Há ainda a soberba - que muitas vezes impede o pesquisador de expor um trabalho inconcluso, embora o método científico se baseie em ensaio e erro - e o receio de submeter um projeto à comprovação de resultados pelos colegas, prática subsequente ao compartilhamento e que têm, cada vez mais, revelado imprecisões e até mesmo fraudes.

Embora o apelo universal da obra de Cedar esteja presente no retrato de uma conflituosa relação entre pai e filho, as diferenças metodológicas presentes no confronto entre a pesquisa científica tradicional e a contemporânea revelam um conflito de geração evidente no interior da comunidade científica, que separa o racionalismo cartesiano do pesquisador erudito, do reconhecimento de um grau de subjetividade na interpretação de fatos científicos, oriundo do período pós-Segunda Guerra Mundial.

¹Aluno do 7º período do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Chama-se pisando em cacos, mas poderia ser piso de cacos ou qualquer outro trocadilho, ingindo ser descolado para falar de um assunto que vejo com bastante seriedade, a questão salarial.

O piso salarial do arquivista tem sofrido reajuste continuamente aqui no estado do Rio de Janeiro. Em 2014, não foi diferente. Em março, o piso vigente passou a ser no valor de R\$ 2.231,86. Isso significa dizer que o salário bruto de um arquivista (bem como o de um de um advogado, um arquiteto e outras profissões de nível superior enquadradas na mesma categoria salarial) não pode ser menor que o valor supracitado.

Na teoria, é lindo como a Bahia de Caetano Veloso. Na prática, outra coisa pode ser vista. Todas as semanas são anunciadas vagas irregulares. Aliás, muitos tipos de irregularidades, diga-se de passagem. É exigido nível médio e ofertas abaixo e, até mesmo, muito abaixo do valor regulamentado.

Vejam bem! Eu não questiono - não tenho e não quero o direito de questionar - quem aceita trabalhos abaixo do piso. Afinal de contas, cada um sabe onde o calo aperta. A meu ver, a questão não pode se resumir a apontar dedos para os que aceitam. É preciso conscientizar-se que a discussão independe da decisão individual e entra na esfera dos debates classistas.

A credito não precisar levantar exaustivamente as razões que fazem com que as empresas não cumpram a lei. É possível alegar o desconhecimento da Lei Estadual 6.702/2014 - como se alega o desconhecimento da Lei 6546/78 que regulamenta a profissão de arquivista. Entretanto, argumentar o desconhecimento dessas leis não isenta de responsabilidade legal.

Acho que a questão esbarra no espaço de reconhecimento do profissional de arquivo. Portanto, é uma questão que vem a ser de interesse de todos. Quem não quer ser socialmente reconhecido e corretamente (por que não dizer bem) remunerado por sua função?

Sinceramente, perdoem-me a falta de criatividade. Eu ainda não consegui pensar em nada além da esfera do fortalecimento das associações profissionais, do sindicato e, quem sabe de um conselho profissional. Assumo ser muito pouco original nesse sentido.

Ao chegar ao ponto do associativismo, não quero indicar nenhum caminho e nem estou fazendo propaganda para que ninguém pague sua anuidade, não. É importante deixar isso claro! O que quero dizer é que precisamos discutir o assunto e pensarmos em maneiras de resolvermos nossos problemas profissionais tanto na escala micro, nas instituições onde servimos, bem como na escala macro, com a efetiva aplicação das leis. Portanto, o cumprimento do piso não é favor, é obrigação legal.

O que é possível fazer enquanto classe, de maneira organizada, para mudar o quadro? O que é possível fazer? Quem deve fazer algo? Quem pode fazer algo? É preciso que um órgão fiscalize? Existe a possibilidade de acionar a delegacia do trabalho? Como funciona quando esse tipo de lei é ignorada? Deixo aqui minhas inquietações e espero que elas provoquem o debate e façam nascer ideias mais criativas que as minhas.

¹Agradeço aos colegas de profissão que alimentaram o debate na comunidade do Facebook “vagas de emprego/estágio para arquivistas” que motivam o texto.

²Camila Mattos da Costa é arquivista, formada pela UNIRIO. Cursa a Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde. Bolsista de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).